

CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI

Guia

REDUÇÃO DE DANOS e Gênero

Cuidado e Resistência:
mulheridades, direitos e
Redução de Danos



ANO	2025
COORDENAÇÃO DE PROJETO	Ana Luiza Voltolini Uwai
AGENTE DE REDUÇÃO DE DANOS	Bárbara Caroline Ferreira da Silva
ARTICULAÇÃO	Ananda Vieira Portaro
REDAÇÃO	Ananda Vieira Portaro Ana Luiza Voltolini Uwai Letícia Vieira
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO	Tiz Juska
FOTOS	Nivea Seribeli

REALIZAÇÃO



Equipe É de Lei 2025

DIRETORIA ESTATUTÁRIA Coordenadora Geral: Ana Luiza Voltolini Uwai Coordenador Administrativo Financeiro: Danilo Ferreira Gonçalves Coordenadora Técnica: Nathielly Janutte **NÚCLEO PRÁTICAS DE REDUÇÃO DE DANOS** Coordenadora: Nathielly Janutte Colaboradores/as: Barbara Caroline Ferreira da Silva, Cleiton Conceição Ferreira, Christopher Machado **NÚCLEO ENSINO E PESQUISA** Coordenadora: Janaina Rubio Gonçalves Colaboradora: Thainá Alves Lira **NÚCLEO COMUNICAÇÃO** Coordenadora: Letícia Vieira Colaboradores/as: Tiz Juska, Barbara Novaes Rocha **NÚCLEO ADVOCACY** Coordenadora: Ana Luiza Voltolini Uwai Colaboradores/as: Ananda Vieira Portaro, Michel de Castro Marques **NÚCLEO ADMINISTRATIVO** Coordenador: Danilo Ferreira Gonçalves Colaboradoras: Naomi Leão, Claudia Aparecida Ferreira Gonçalves **CONSELHO OPERATIVO** Ana Luiza Voltolini Uwai, Danilo Ferreira Gonçalves, Janaina Rubio Gonçalves, Letícia Vieira, Nathielly Janutte

Agradecimentos

Este guia só foi possível graças à construção coletiva com diversas pessoas, coletivos e serviços que compartilharam seus conhecimentos, experiências e perspectivas ao longo das entrevistas, conversas e escutas realizadas.

Agradecemos especialmente às organizações que participaram das entrevistas focais: Espaço Normal – Redes da Maré, Coletivo Tem Sentimento, Movimento de Mulheres Olga Benário e Casa Florescer, cuja contribuição foi fundamental para a compreensão das práticas de cuidado e acolhimento voltadas às mulheridades e dissidências.

Registramos também nossa gratidão às equipes dos Centros de Referência e Cidadania da Mulher (CRCMs), incluindo profissionais do CRCM Perus, CRCM Barra Funda, CRCM Eliane de Grammont e demais unidades presentes nas atividades, bem como ao Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI), ao Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde da População LGBT+ (NUDHES) e a todas as pessoas que participaram das conversas, responderam ao formulário e disponibilizaram tempo para dialogar conosco.

Agradecemos profundamente a todas as mulheridades e pessoas dissidentes de gênero que participaram deste processo. Sua presença, experiências e saberes compartilhados foram essenciais para a construção deste guia, fortalecendo práticas mais cuidadosas e comprometidas com os direitos de quem historicamente tem sido marginalizado.



Sumário

Quem somos	6
Sobre o projeto	7
O que é redução de danos?	9
Gênero e sexualidades	11
Por que uma abordagem focada em gênero?	16
Convivências de mulheridades e dissidências	19
Violências de gênero	20
Cuidado e autocuidado	23
Boas práticas	29
Acolhimento	32
Incentivo à autonomia	33
Ações formativas	35
Geração de Renda	36
Contatos de serviços	39
Atendimento e orientação para mulheres em situação de violência	40
Acolhimento e orientação para população LGBTQIAPN+	44
Serviços de abrigamento	45
Situação de Prostituição	52
Trabalho e renda	52
Acesso ao sistema de justiça	53
Mulheres sobreviventes do cárcere	53
Saúde	54
Referências	62

Quem somos

O Centro de Convivência É de Lei trabalha desde 1998 com pessoas afetadas pela política de drogas na perspectiva da Redução de Danos, em especial na cidade de São Paulo.

Os projetos do É de Lei têm como meta a redução de danos, sociais e à saúde, associados à política de drogas junto às populações em situação de maior vulnerabilidade social por meio de estratégias e atividades que visam possibilidades de cuidado, promoção e prevenção relacionada à saúde; e o reconhecimento de direitos e de cidadania por parte de populações fragilizadas e não reconhecidas em seus direitos. A organização também tem como objetivo a incidência política, comunicação, ensino e pesquisa.

Nossa teoria de mudança

Qualificamos a redução de danos como indissociável do fomento ao protagonismo das pessoas afetadas pela política de drogas e da presença no território para que estas ocupem os lugares de tomada de decisões e se compreendam como atores.

Queremos influenciar a aprovação de políticas públicas interessadas na redução de danos, para ampliar a rede de suporte para pessoas usuárias de substâncias psicoativas, levando em consideração os recortes de raça, gênero e classe social.

Construiremos um trabalho formativo, preventivo e estratégico, sensibilizando a população e os principais atores da política pública municipal, estadual, federal e internacional.

Expandiremos a rede de redução de danos, trocando experiências com outros pólos importantes, auxiliando no desenvolvimento de novas tecnologias, na produção de conhecimento e na expansão da rede de cuidado.

Nossas ações estão voltadas para o desenvolvimento da cidadania e para a defesa dos Direitos Humanos de pessoas que usam drogas, sobretudo em contextos de vulnerabilidade.

Sobre o projeto

Em 2019, o Centro de Convivência *É de Lei* retomou a Convivência de Mulheridades, iniciada no início da organização, como uma forma de acolher adequadamente as demandas trazidas por mulheres cis, trans, travestis e outras dissidências de gênero. A proposta foi criar um espaço seguro e dedicado para este público que priorizasse as trocas, afetos e acolhimento. Uma forma de criar vínculos entre esse público e o *É de Lei*, enquanto mobilizamos diálogos sobre o uso de drogas, redução de danos, sexualidade, saúde, corpo e cuidado.

Dando continuidade a essa frente de atuação, o projeto “Cuidado e Resistência: mulheridades, direitos e Redução de Danos” teve como objetivo principal reduzir barreiras de acesso a direitos e promover construção de conhecimento acerca de política de drogas e gênero para mulheridades (mulheres cis, trans e travestis) em contextos de vulnerabilidade e/ou que vivem em territórios afetados por ações do tráfico de drogas ou pelas políticas de enfrentamento ao tráfico.

Viabilizado a partir do edital “Mulheres na Política sobre Drogas” da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD), ao longo do projeto desenvolvemos este material, que agora está em suas mãos, ações como a distribuição de insumos de redução de danos com enfoque nas demandas de gênero e a realização de convivências de mulheridades e dissidências de gênero.



O que é redução de danos?

A Redução de Danos (RD) é uma abordagem ao fenômeno das drogas que visa minimizar danos sociais e à saúde associados ao uso de substâncias psicoativas.

No Brasil, a RD data do final da década de 80 com a troca de seringas usadas por outras estéreis nas cenas de uso de drogas injetáveis, a fim de conter a disseminação de hepatites e HIV/aids, já que o compartilhamento de seringas era uma prática constante.

Desde então, as estratégias de Redução de Danos se ampliaram para diferentes substâncias e diferentes formas de uso. Apesar de inicialmente as práticas de RD serem marcadas por ações na esfera da saúde, atualmente a perspectiva de atuação propõe a interdisciplinaridade entre saúde, cultura, educação, justiça, assistência social, trabalho e renda, visando a garantia do cuidado e dos direitos das pessoas. Para o É de Lei, a Redução de Danos também se expande para abarcar não apenas pessoas que usam drogas, mas todas as que são direta e indiretamente afetadas pela política de drogas

As práticas de redução de danos buscam a socialização política de pessoas usuárias de drogas de maneira crítica, no sentido de tornarem-se protagonistas do seu cuidado com a saúde, da busca pela efetivação de direitos, e da discussão de políticas governamentais e de Estado, individual e coletivamente.

Não há uma fórmula a ser seguida quando o assunto é redução de danos. A invenção e a criatividade são princípios organizadores da abordagem de RD. Realizar uma escuta atenta sobre o padrão de uso de uma pessoa, suas queixas a respeito deste e pensar junto estratégias que façam sentido para minimizar os danos relacionados ao uso é o grande desafio. Despir-se de julgamentos, proibições, moralismos é essencial e estar junto de quem quer falar sobre sua vida e a relação estabelecida com as substâncias psicoativas é a chave para o cuidado integral.

Gênero e sexualidades

A sigla LGBTQIAPN+ indica, ao terminar com o sinal de “mais”, a complexidade do tema e multiplicidade de formas que as identidades de gênero e as sexualidades humanas podem assumir. Não há um limite ou como abranger todas as denominações - os gêneros e sexualidades envolvem vários espectros e possibilidades. Contudo, os termos desta sigla delimitam algumas destas possibilidades. **Algumas letras referem-se à identidade de gênero; outras, à sexualidade, ou, ainda, a ambos.** A identidade de gênero diz respeito a como cada pessoa se reconhece e se sente no mundo, a partir de suas experiências e vivências. Já a sexualidade diz respeito a por quem, e de que modo, uma pessoa sente atração.

Identidade de Gênero	Sexualidade
Transsexual (T)	Lésbica (L)
Queer (Q)	Gay (G)
Intersexo (I)	Bissexual (B)
Agênero (A)	Queer (Q)
Não-binária (N)	Arromântico (A)
Gênero Fluido (não aparece na sigla)	Assexual (A)
Cisgênero (não aparece na sigla)	Pansexual (P)
	Demisexual (não aparece na sigla)
	Heterossexual (não aparece na sigla)

Iniciemos pelas identidades de gênero. O gênero, na nossa sociedade, costuma ser definido logo no nascimento: crianças com pênis são colocadas na categoria do “masculino”, e crianças com vagina, na do “feminino”. Mas nem todas as pessoas se encaixam nessas classificações.

Chamamos de pessoas **cisgênero** (cis) aquelas cuja identidade corresponde ao gênero que lhes foi atribuído ao nascer, e de pessoas **transgênero** (trans) aquelas que não se reconhecem nesse mesmo gênero. Há também as pessoas **agênero** – as que não se identificam com gênero algum. Já pessoas **não binárias** têm identidades que não se limitam aos conceitos de masculino ou feminino, e pessoas **intersexo** são aquelas que nascem com características biológicas (como genitais, cromossomos ou hormônios) que não se encaixam totalmente nas definições tradicionais de homem ou mulher. Algumas pessoas, ainda, se denominam como **gênero fluido**, reconhecendo que podem transitar, durante a vida, por diferentes identidades de gênero.

Quando, neste projeto, falamos em pessoas dissidentes de gênero, estamos nos referindo a pessoas cuja identidade ou expressão de gênero diverge do padrão cisgênero esperado pela sociedade, enquanto o termo **mulheridades** refere-se a mulheres cis, trans e travestis.

A identidade de gênero é diferente da sexualidade. Quando falamos em sexualidade, estamos falando de como e por quem a pessoa se atrai. Pessoas **heterossexuais** são homens que se atraem por mulheres e mulheres que se atraem por homens. As **lésbicas** são mulheres que se atraem por mulheres; os **gays**, homens que se atraem por outros homens. A assexualidade,

é um espectro dentro do qual as pessoas podem não se atrair sexualmente ou se atrair em condições específicas, como os demissexuais, por exemplo, que só sentem atração sexual após a construção de um laço afetivo significativo. **Arromânticos**, assim como assexuais, fazem parte de um espectro - podem não sentir atração romântica nunca, ou senti-la em condições e formas mais específicas. **Bissexuais** são pessoas que sentem atração por dois ou mais gêneros e **pansexuais** são aqueles que se atraem por pessoas de todos os gêneros ou independente do gênero destas. Já o **queer** é um termo “guarda-chuva” usado para abarcar diversas dissidências de gênero e de sexualidade.

Vimos que identidade de gênero e sexualidade referem-se a coisas diferentes. Então, um casal heterossexual pode ser formado, por exemplo, por uma mulher trans e um homem trans. Ou, ainda, um casal lésbico pode ser formado por uma mulher cis e uma mulher trans. Os termos são amplos e complexos, então, nos termos da identidade de gênero, uma pessoa pode se identificar, por exemplo, como “mulher trans não binária”. Isto significa que é uma pessoa que não se identificou com o gênero designado ao nascer (trans), se identifica com o feminino (mulher trans), mas não se encaixa totalmente na ideia tradicional de “mulher”, vivendo seu gênero de formas que fogem ao padrão exclusivo do feminino (não binária).

A não binaridade se refere a todas as formas de entender e viver o próprio gênero que não se limitam ao masculino ou feminino. Como a experiência de gênero é pessoal, não existe uma lista fechada de identidades não binárias, e cada pessoa pode se reconhecer de maneira singular dentro desse espectro.

Em relação às mulheres transsexuais, há, ainda, uma dúvida comum: qual a diferença entre mulheres trans, travestis e drag queens? O Drag Queen não tem relação com identidade de gênero e refere-se a homens que se vestem de mulher pontualmente para performances artísticas. No senso comum, diferencia-se “mulher trans” e “travesti” para dizer de quem fez uma cirurgia de redesignação sexual de quem não a fez. Contudo, este uso é preconceituoso e o fato de alguém ter feito ou não uma cirurgia é algo particular daquela pessoa. A diferença conceitual entre “mulher trans” e “travesti” é: enquanto a mulher trans é alguém que se identifica como mulher, independentemente de como se apresenta ou do corpo que tem. A travesti é uma pessoa que se

identifica como travesti, uma categoria própria, cuja identidade e expressão de gênero são geralmente femininas, mas não se confundem totalmente com a ideia de “mulher”. Além disso, ser travesti tem uma dimensão cultural e política forte, ligada à história de luta e visibilidade das travestis no Brasil e na América Latina.



Por que uma abordagem focada em gênero?

As mulheres cis, trans, travestis e outras dissidências de gênero, como pessoas não binárias e homens trans, em situação de vulnerabilidade são marcadas por violências específicas atreladas ao gênero, para além das violências já sofridas por quem vive em contextos de violações de direitos. Essas violências se intensificam quando marcadores de raça se sobrepõem. Na atuação do É de Lei, observamos que os poucos dados existentes se comprovam.

Segundo o Plano Nacional Ruas Visíveis (PNRV), o Sudeste concentra 62% da população em situação de rua do país (138.072 pessoas em 2023), sendo o estado de São Paulo responsável por 41% desse total (91.434 pessoas). O estado também lidera as notificações de violência contra essa população (23%), seguido por Minas Gerais (22%) e Bahia (11%).

Embora representem apenas 12% da população em situação de rua, as mulheres enfrentam violências agravadas por gênero, raça e pobreza. Entre 2015 e 2017, mais da metade das notificações de violência motivadas por situação de rua envolveram mulheres (50,8%), majoritariamente negras (54,8%).

Relatórios recentes apontam que o número de mulheres em situação de rua cresceu mais do que o de homens após a pandemia. Muitas recorrem ao uso de drogas para suportar ou evitar violências, o que as expõe a novos riscos, como infecções sexualmente transmissíveis. Segundo o Boletim HIV/ Aids 2024, 63% das mortes por aids em 2023 foram de pessoas negras, e 16,9% das vítimas do sexo feminino eram mulheres pretas.

Na cidade de São Paulo, o Censo de 2021 identificou 31.884 pessoas em situação de rua, cerca de um terço do total estadual. Destas, identificou que 16,6% eram mulheres e 3,1% eram pessoas trans, travestis, agêneras ou não binárias. Outro levantamento da UFMG, com base no CadÚnico, estima 64 mil pessoas, sendo, destas, 14% mulheres. Grande parte delas são usuárias de

crack, muitas com vínculos familiares rompidos, vivendo nas cenas abertas de uso, como a Cracolândia. A pesquisa nacional da Fiocruz (2014) mostrou que 42% das usuárias trocaram sexo por drogas ou dinheiro, 71% compartilharam apetrechos e 78% se declararam não brancas. O HIV entre usuárias de crack é oito vezes mais prevalente que na população geral. No caso de mulheres trans e travestis, a escassez de dados agrava as vulnerabilidades. O mapeamento do CEDEC (2019-2020) em São Paulo apontou que atuar no mercado do sexo aumenta em quase 50% o risco de sofrer violência – 76% relataram agressões físicas na rua. Essas vulnerabilidades reforçam a necessidade de políticas específicas que considerem gênero, raça e uso de drogas como dimensões interligadas.



Convivências de mulheres e dissidências

O Centro de Convivência É de Lei há mais de 25 anos abre suas portas para pessoas que usam substâncias psicoativas. Nesse espaço, as pessoas que chamamos de “conviventes” são livres para discutir qualquer assunto sem preconceitos e o foco é sempre o cuidado (individual e coletivo). Entretanto, nesses anos todos de atuação, é possível observar uma disparidade entre o número de homens e mulheres que chegam até a sede. Isso também é notado em serviços públicos relacionados a drogas como os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas CAPS AD).

Isso nos leva à pergunta: **será que têm menos mulheres nesses espaços porque elas usam menos drogas?** Quando ampliamos o recorte para pensar em pessoas trans e não binárias, é a mesma coisa. Será que essas pessoas são menos afetadas pela política de drogas ou será que o estigma atribuído a elas as afastam de espaços de cuidado?

Quando falamos sobre o impacto social das drogas, é preciso levar em consideração que para pessoas com determinados marcadores sociais, como gênero, o mesmo ato de, por exemplo, fumar um baseado pode ter consequências diferentes e que vão além de questões de saúde.

Ao ampliar o olhar para outras vivências e promover encontros com mulheres e pessoas dissidentes de gênero, o É de Lei percebe que diversos fatores sociais afastam esse público de seus direitos e, por consequência, também da redução de danos. Entre eles, aparecem o medo de revelar o uso de drogas, os julgamentos relacionados à maternidade e ao uso de substâncias, e violências como a transfobia vivenciada em tentativas anteriores de acessar serviços de saúde, além de outras violações que fragilizam ainda mais esses acessos.

Por isso, passamos a abrir em nossa sede momentos específicos de convivência para esses grupos. Nessas ocasiões, buscamos escutar suas

demandas, acolher suas experiências e diminuir as barreiras que dificultam o acesso a direitos. A seguir, destacamos os principais temas que emergiram nesses encontros.



Violências de gênero

A violência de gênero abrange agressões físicas, psicológicas, sexuais e simbólicas direcionadas a pessoas em situação de vulnerabilidade por causa de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Inclui desde transfobia e lesbofobia até assédio moral, **violência doméstica** e práticas institucionais que reforçam desigualdades.

Durante as convivências, diferentes expressões dessa violência apareceram de forma recorrente. No campo da violência doméstica, mulheres em situação de rua, especialmente as acompanhadas de seus filhos, relataram ter deixado suas casas para escapar de ciclos contínuos de abuso. Esses relatos incluíam tanto agressões diretas quanto manipulações emocionais, como o movimento frequente dos parceiros de alternar episódios de violência com pedidos de desculpas e promessas de mudança. A decisão de romper a relação se concretizava em fugas silenciosas durante a madrugada, levando apenas documentos essenciais e poucas roupas para as crianças, diante do medo real da reação dos agressores. Houve relatos de tentativas de formalização de denúncias, por meio de boletins de ocorrência, mas sem retorno efetivo, evidenciando a falha no sistema de proteção.

Os Centros de Referência e Cidadania da Mulher (CRCMs) costumam disponibilizar o “**violentômetro**”, ferramenta que ajuda mulheres a reconhecerem sinais de aumento progressivo da violência e a identificarem riscos que, muitas vezes, passam despercebidos devido à normalização social desses comportamentos.



Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)

Outra dimensão recorrente nas convivências envolve **violências relacionadas às identidades de gênero**. Pessoas trans masculinas, mulheres trans e pessoas não binárias trouxeram exemplos de situações cotidianas em que sua identidade é invalidada: uso do nome morto (o nome de registro, que a pessoa trans não usa mais), comentários invasivos sobre corpo ou aparência, insistência em enquadrá-las em papéis de gênero binários e pressão para corresponder a expectativas estéticas para serem reconhecidas nos serviços. Foi destacado que a transição é um processo interno e existencial, que antecede qualquer alteração corporal, e que a violência muitas vezes reside justamente na negação dessa legitimidade.

As abordagens policiais apareceram como um ponto crítico, incluindo revistas inadequadas (como policiais homens revistando mulheres trans) e

a necessidade de explicar repetidamente sua identidade em contextos de fiscalização.

Também surgiram diversos exemplos de **violência institucional** que atravessam o cotidiano de mulheres cis, trans e pessoas não binárias. Uma questão especialmente marcante foi a desigualdade no acesso a benefícios como LOAS e Bolsa Família: enquanto homens recebem valores integrais com critérios mais simples, mulheres com filhos precisam cumprir uma série de obrigações relacionadas à educação e saúde das crianças para receber uma diferença pequena. O relato de uma convivente evidenciou como a responsabilidade pelo cuidado infantil recai exclusivamente sobre as mulheres e, paradoxalmente, pode ser usada contra elas. Em um dos casos trazidos, ao tentar fugir pela primeira vez do ex-companheiro, a mulher teve sua tentativa interpretada como “desaparecimento com o filho”; a polícia a localizou e a obrigou a retornar à casa do agressor, ignorando o risco que ela corria.

A ameaça de retirada de filhos por parte do conselho tutelar, muitas vezes comunicada por pessoas trabalhadoras de núcleos de convivência, aparece como um mecanismo de controle que recai exclusivamente sobre mulheres, especialmente as que estão em situação de rua. Durante as convivências, mães contaram ter vivido esse tipo de ameaça, apesar de a legislação não autorizar a retirada de guarda por motivos como pobreza, uso de substâncias ou falta de moradia. A falta de acesso a informações sobre seus direitos, somada à pouca divulgação de serviços especializados, aumenta a vulnerabilidade.

A dificuldade de acesso a vagas de acolhida é outro componente dessa violência institucional. Muitas mulheres relataram esperar durante vários dias, e por bastante tempo (das 7h às 15h) por uma vaga fixa em Centros de Acolhida Especiais para Famílias (CAEFs), sem sucesso, recorrendo diariamente às vagas pernoite para garantir ao menos um lugar para dormir com seus filhos. A insuficiência de vagas específicas para mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e famílias agrava essa situação. Um exemplo emblemático foi trazido por trabalhadoras de um CRCM: mesmo havendo uma casa de passagem próxima ao serviço com vagas ociosas, elas enfrentam negativas constantes da Coordenação de Pronto Atendimento Social (CPAS, reguladora de vagas nos equipamentos da Assistência Social) ao indicar que determinadas

mulheres se enquadram no perfil para ocupá-las. Em outro episódio, uma mulher quase perdeu a vaga por chegar 20 minutos atrasada ao acolhimento, mesmo o atraso tendo ocorrido porque precisou buscar seu filho na escola.

Por fim, muitas profissionais presentes nas convivências relataram também estarem submetidas a condições de trabalho que afetam diretamente a qualidade do acolhimento: equipes reduzidas, alta rotatividade, contratos precários e gestão por Organizações Sociais que geram medo de demissão e dificultam o engajamento mais profundo em temas sensíveis. As trabalhadoras apontaram que o descumprimento de protocolos de atendimento à violência não ocorre apenas por falhas individuais, mas também por limitações estruturais que precisam ser enfrentadas.



Cuidado e autocuidado

Introduzimos este tema de forma ativa em nossas convivências, buscando compreender o que as mulheridades e dissidências querem e precisam.

No que diz respeito ao uso de substâncias, surgiram estratégias de autocuidado, como conseguir manter cuidados básicos (beber água, alimentar-se ou ir ao banheiro), práticas que muitas vezes esquecemos quando estamos sob o efeito de determinadas substâncias. O uso foi apontado como uma forma de lidar com questões emocionais, e os estigmas relacionados a ele acabam minando o autocuidado e o amor próprio. Nesse contexto, o espaço de convivência foi percebido como um lugar de alívio, cuidado e redução de danos, aliviando também o peso da relação com o uso.

Apesar dessas estratégias, utilizamos o termo “autocuidado” e não apenas “redução de danos”, pois, geralmente, a redução de danos é associada diretamente ao uso de substâncias, e muitas pessoas entendem que se não houver relação com o uso, não se aplica. Contudo, entendemos que ações de redução de danos podem ser mais amplas, incluindo desde políticas públicas eficazes até práticas de cuidado de si e do outro. É nesse sentido que introduzimos o termo em nossas convivências, utilizando a metodologia da nuvem de palavras para visualizar melhor as necessidades expressadas pelas pessoas participantes e os conceitos ligados ao autocuidado.



Alguns termos em destaque foram “liberdade”, “possibilidade”, “espaço seguro”, “tempo para si”, “movimento” e “aprendizado”. Esses elementos sintetizam o que torna um espaço de convivência um local de cuidado: lugares onde cada pessoa pode expressar suas ideias, sentimentos e desejos sem medo de julgamentos, mantendo diálogos respeitosos. Expressões como “poder falar o que vem na mente”, “estar em diálogo” e “conseguir manter diálogo com bom senso e respeito” reforçam a importância da comunicação aberta, da escuta ativa e do respeito mútuo. Além disso, o autocuidado também foi relacionado à autonomia e transformação pessoal, o que aparece em termos como “ter opção para mudar a própria realidade”, “possibilidade”, “fazer o que eu quero” e “transformação”.

As noções de “movimento” e “tempo para si” reforçam que o autocuidado e os espaços que o promovem devem ser dinâmicos, flexíveis e respeitar o ritmo de cada pessoa. Aprender com momentos de força e vulnerabilidade (resumido na expressão “ser luz e sombra”) faz parte do processo.

O termo “autocuidado” foi colocado em contraponto ao “amor próprio”. Nem sempre quem consegue se autocuidar possui amor próprio, embora o autocuidado seja uma ferramenta importante para construí-lo. Termos como “olhar carinhoso”, “aceitar sua verdade”, “acolher meus sentimentos” e “cui-

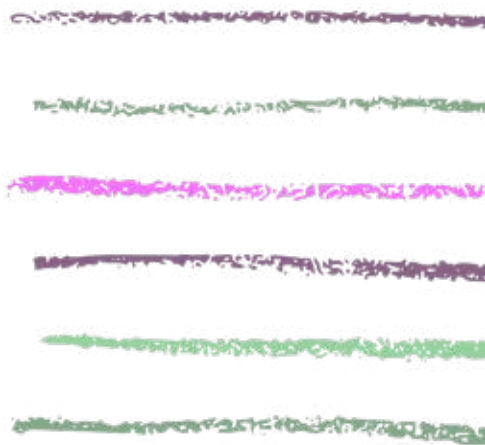
dados naturais” mostram que aprender a cuidar de si é central para o bem-estar, fortalecendo a autoestima e a capacidade de enfrentar desafios. Foi ressaltada a importância de manter o autocuidado mesmo em momentos difíceis, sem se prender a um ciclo de culpa caso não seja possível cuidar de si. Muitas vezes (e aqui o atravessamento de gênero é especialmente relevante) não nos colocamos como prioridade, colocando o outro sempre à frente.

Uma das mulheres em situação de rua, que havia saído da casa de um ex-companheiro violento, respondeu, ao ser questionada sobre o que deseja e precisa: “daqui pra frente, só coisas boas”.



O que é autocuidado e amor próprio para você?

A proposta deste material é compartilhar as experiências do projeto “Cuidado e Resistência: mulheresidas, direitos e Redução de Danos” e também ser uma ferramenta para quem o lê refletir sobre suas práticas de cuidado pessoal e coletivo. Use esse espaço para registrar pensamentos, estratégias e ideias.







Hand-drawn horizontal line in black.

Hand-drawn horizontal line in green.

Hand-drawn horizontal line in purple.

Hand-drawn horizontal line in black.

Hand-drawn horizontal line in green.

Hand-drawn horizontal line in green.

Hand-drawn horizontal line in purple.

Hand-drawn horizontal line in green.

Hand-drawn horizontal line in black.



Hand-drawn horizontal line in black.

Hand-drawn horizontal line in green.

Hand-drawn horizontal line in purple.

Hand-drawn horizontal line in black.

Hand-drawn horizontal line in green.

Hand-drawn horizontal line in green.

Hand-drawn horizontal line in purple.



Boas práticas



Na tentativa de abrir novos caminhos que permitam uma mudança de paradigma sobre o que entendemos como cuidado e efetivação de direitos, lançamos o “Mapeamento nacional sobre cuidado entre mulheridades e dissidências de gênero que usam drogas”. Esta etapa do projeto foi realizada por meio de um formulário online, divulgado em nossas redes sociais, que reuniu relatos de profissionais e pessoas atendidas sobre estratégias de cuidado adotadas nos serviços e organizações da sociedade civil. Também realizamos entrevistas focais para compreender com mais profundidade como essas práticas foram elaboradas e implementadas.

A partir do mapeamento e das entrevistas focais, encontramos alguns elementos centrais entre as ações mapeadas: **escuta ativa** e a **construção de espaços coletivos**, acessíveis e sem moralismo, que acolham as demandas trazidas por cada pessoa atendida no espaço, levando em conta quem ela é, o que faz sentido para ela, seu território e como o uso de substâncias atravessa sua vida.

Outras boas práticas que obtivemos falam sobre trocas em grupo, como rodas de conversa ou momentos de reflexão conjunta, que ajudam a reconhecer experiências comuns e produzir sentido. Isto pode ser feito, de preferência, com estratégias que não tornem a conversa pesada demais, como no meio de oficinas ou com alguma perspectiva artística, o que diminui a ansiedade e cria um ambiente mais leve. Estes espaços de expressão e de trocas entre pares auxiliam, ainda, no fortalecimento da autoestima das mulheridades.

Nas experiências coletivas, o cuidado também aparece na produção participativa de conhecimento, como a análise conjunta de dados de pesquisa com travestis e mulheres trans trabalhadoras do sexo, que trouxe à tona os sentidos do uso de substâncias no cotidiano do trabalho sexual e permitiu construir leituras comunitárias mais complexas, que os números não captariam sozinhos.

A oferta de informação acessível, seja sobre redução de danos, direitos

sociais ou serviços disponíveis, aparece como um eixo central. O acesso a conteúdos de redução de danos mostrou-se decisivo para evitar danos maiores, levando as pessoas a aprenderem, por exemplo, a usar substâncias de maneira mais segura:

- hidratar o nariz e fazer lavagem com soro e usar óleo cicatrizante ao usar cocaína, evitando feridas
- usar filtros adequados para fumar maconha, evitando tosse.

Quais são as suas estratégias?



Da mesma forma, a distribuição e confecção de insumos, como preservativos, gel, canudos, cachimbos e folders informativos, é entendida como ação prática e concreta de cuidado, muitas vezes acompanhada de encaminhamento para serviços de saúde quando necessário.

Algumas estratégias se enraízam em saberes tradicionais, como técnicas ancestrais de autocuidado e terapias integrativas que vêm sendo transmitidas por gerações entre mulheres indígenas e negras. Estas práticas funcionam tanto como cuidado quanto como estratégia histórica de sobrevivência e resistência. Também obtivemos relatos de práticas de mindfulness, que fortalecem a consciência corporal, emocional e a importância do autocuidado.

Outras ações se estruturam pela formação, capacitação, promoção de autonomia, garantia da continuidade do cuidado em rede, respostas mais rápidas da rede de cuidados e articulação entre diferentes serviços. Ainda, outras duas estratégias que se mostraram fundamentais em algumas das

respostas foram: a geração de renda e o acesso ao trabalho; o acesso à arte e à cultura.

Em relação às entrevistas focais, adotamos categorias para organizar as trocas feitas e trazer, de forma mais aprofundada, exemplos de boas práticas adotadas para dialogar diretamente com mulheres em situação de vulnerabilidade, sensibilizar profissionais sobre o manejo dos casos e articular as redes de serviços para efetivação de direitos, entre outras atividades.

As entrevistas focais foram realizadas com:

- Trabalhadora do **Espaço Normal do Redes da Maré**, localizado no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. O espaço atua com pessoas em situação de vulnerabilidade ou extrema vulnerabilidade, ofertando um espaço de convivência que também oferece suporte para as demandas do dia-a-dia;
- Conviventes e trabalhadoras da **Casa Florescer**, que é um Centro de Acolhida Especial (CAE) para mulheres transsexuais, política pública de acolhimento, localizado no centro de São Paulo;
- **Militantes do Movimento de Mulheres Olga Benário**, que atua nacionalmente, desde 2011, com e por mulheres, combinando acolhimento, luta política e formação;
- Mulheridades do **Coletivo Tem Sentimento**, que atua no centro de São Paulo oferecendo acolhimento, trabalho e estratégias de cuidado para mulheres cis, travestis, mulheres trans e mulheres trans não binárias que vivem em contextos de uso de drogas e vulnerabilidade social.

Apesar de termos direcionado as categorias a uma ou duas entrevistas (categoria “acolhimento” para o Espaço Normal e a Casa Florescer; categoria “promoção de autonomia” para o Espaço Normal e Casa Florescer; categoria “ações formativas” para o Movimento de Mulheres Olga Benário; categoria “geração de renda” para o Coletivo Tem Sentimento), entendemos, ao mesmo tempo, que as quatro entrevistas perpassam as quatro categorias, e que estas categorias não se separam completamente - a promoção de ações formativas ou de geração de renda é, também, uma forma de promover autonomia, por exemplo.

Acolhimento

O acolhimento de mulheres cis, mulheres trans, travestis e pessoas não binárias em contextos de vulnerabilidade social começa pelo reconhecimento de que cada trajetória é atravessada por violências específicas (territoriais, de gênero, institucionais, familiares e simbólicas). Por isso, os serviços que atuam com esses públicos têm buscado construir espaços seguros, onde seja possível reconstruir vínculos sem medo de ser julgada.

No Espaço Normal, do Redes da Maré, essa preocupação gerou uma mudança estrutural: a equipe, ao perceber que, embora o público predominante fosse masculino, o território mostrava uma presença significativa de mulheres (e muitas delas chegando ao serviço em situação de violência), instituiu um dia exclusivo para as “mulheridades”. Esse dia especial começou com a participação de 11 mulheres e completa agora, em novembro de 2025, dois anos de funcionamento. Atualmente, o atendimento às quartas-feiras reúne 132 mulheres, em sua maioria mulheres cis, além de 10 mulheres trans que frequentam o espaço de forma recorrente.

Essa escolha por realizar uma convivência específica para mulheresidades reorganizou completamente as dinâmicas do espaço. Mulheres que antes evitavam o espaço, incomodadas, com medo ou com vergonha diante da presença intensa de homens na convivência regular, passaram a frequentá-lo com mais tranquilidade. A presença das mulheres trans, que antes quase não acessavam o local, também aumentou. Além do impacto de fortalecer vínculos, o dia exclusivo contribuiu para reduzir tensões entre mulheres que usam drogas, mulheres que não usam e mulheres que enfrentam estigma por estarem próximas às cenas de uso.


O acolhimento também se expressa em práticas cotidianas que fazem grande diferença, como: garantir a alimentação como estratégia de cuidado para conseguir manter as atividades diminuindo a fissura; permitir a entrada no espaço antes do horário oficial; colocar música para tornar o ambiente mais leve e confortável.

Na Casa Florescer, o acolhimento é frequentemente atravessado por histórias de dor recente, como luto, ruptura familiar ou fuga de situações de

agressão. Muitas conviventes chegam com poucos vínculos de confiança e trazem experiências de rejeição, transfobia e violência institucional. A aposta inicial da equipe é sempre a escuta, combinada com um olhar atento, tanto do lado dentro quanto do lado de fora da casa, para perceber quando algo não vai bem e intervir antes que a situação se agrave. “Julgar menos e acolher mais”, como disse uma das conviventes, resume a postura central do serviço.

Outro elemento essencial é reconhecer que o cuidado também envolve mediações e articulações possíveis dentro das limitações do território. Na Maré, por exemplo, a equipe cria estratégias para acompanhar mulheres mesmo em áreas controladas por facções diferentes, onde a circulação é restrita. Quando não é possível acionar diretamente redes formais de proteção, os serviços investem em mediações locais, buscando minimizar danos e riscos.

O Movimento de Mulheres Olga Benário e o Coletivo Tem Sentimento também realizam práticas de acolhimento, na medida em que a escuta de mulheres em situação de vulnerabilidade social e do que elas precisam, a troca de informações e a oferta de um espaço seguro e de geração de renda a elas são, também, práticas de acolhimento.



Incentivo à autonomia

Promover autonomia é criar condições para que cada mulheridade ou dissidência possa retomar o controle sobre a própria vida, no seu ritmo, dentro das suas possibilidades e considerando suas vulnerabilidades. Isso envolve respeitar singularidades, apoiar escolhas, reconhecer limites e garantir que existam oportunidades reais de participação.

No Espaço Normal, na Maré, a autonomia começa já na entrada do serviço. Mesmo que a convivência ocorra à tarde, mulheres que chegam antes podem entrar, fazer café, arrumar o espaço e iniciar o dia juntas. Essa prática demonstra confiança e estimula corresponsabilidade. Ao invés de esperar instruções da equipe, elas se organizam entre si, cuidam umas das outras e desenvolvem senso de pertencimento ao espaço. Pequenas práticas de au-

tocuidado, como fazer tranças, cuidar da pele, preparar um chá ou montar kits de higiene adaptados às demandas de mulheres trans, tornam-se formas concretas de reforçar autoestima e autodeterminação.

Na Casa Florescer, a construção da autonomia se dá em múltiplos níveis: organizar a rotina, participar da limpeza e de atividades coletivas, manter o quarto arrumado dentro do horário estipulado, circular pelas tarefas de forma responsável e aprender com as outras conviventes. O apoio mútuo é central: uma mulher que aprendeu a emitir a segunda via de um documento ensina outra; quem domina determinado processo acompanha quem ainda tem medo ou insegurança. Esse intercâmbio fortalece a rede interna e multiplica possibilidades.

Autonomia também envolve uso mais seguro e estratégias de autorregulação. Algumas conviventes relatam práticas próprias de cuidado, como não compartilhar instrumentos ao usar alguma substância, consumir apenas substâncias compradas por elas mesmas, usar em grupo com pessoas de confiança ou substituir temporariamente uma substância por outra menos nociva. São estratégias que, embora não eliminem riscos, os reduzem.

O incentivo à autonomia passa, ainda, pela formação e pela construção de projetos futuros. Na Casa Florescer, mulheres participam de cursos profissionalizantes, como costura, moda e estética, e algumas planejam transformar essas habilidades em fonte de renda. Uma convivente relatou estar se formando estilista e desejava que oportunidades como essa alcançassem mais pessoas trans em situação de vulnerabilidade.

Nos dois territórios, fortalecer autonomia também significa articular serviços: CAPS AD, Consultório na Rua, Casas de Mulheres, escolas públicas, atendimento para emissão de documentos e outras redes que garantem acesso a direitos. Essas parcerias ajudam a romper ciclos de isolamento e a construir caminhos mais seguros e estáveis.

O Movimento de Mulheres Olga Benário promove autonomia ao oferecer ações formativas e iniciativas de emancipação para as mulheres, além de articular serviços quando necessário. Da mesma forma, o Coletivo Tem Sentimento fortalece a autonomia ao desenvolver ações voltadas à geração de renda.

Promover autonomia exige continuidade e políticas públicas fortes. Como destacou a equipe da Casa Florescer, não basta criar oportunidades: é preciso garantir que os serviços existentes não sejam sucateados e que haja formação constante das equipes.



Ações formativas

As ações formativas são fundamentais para promover autonomia, informação e fortalecimento coletivo entre mulheres cis, trans, travestis, pessoas não binárias e homens trans em situação de vulnerabilidade. A experiência do Movimento de Mulheres Olga Benário mostra como processos educativos integrados ao território podem ampliar o acesso a direitos e enfrentar desigualdades de gênero, raça e classe.

A organização do movimento ocorre por meio de ocupações que, hoje, estão em diversas regiões do país, incluindo três no estado de São Paulo, sendo uma na capital, uma em Mauá e uma em Campinas. Algumas ocupações funcionam como moradia; outras, como Casas de Referência que atendem mulheres em situação de vulnerabilidade social. Oferecem escuta, apoio, encaminhamentos e fortalecimento de vínculos. Nessas unidades, também são promovidos cursos, oficinas e aulas de alfabetização, além de rodas de conversa, palestras e ações em escolas, abrigos e centros comunitários. Esses processos formativos criam ambientes seguros para que mulheres compartilhem experiências, compreendam seus direitos e construam estratégias coletivas para exercê-los. No cotidiano das ocupações e Casas de Referência, as formações também contribuem para a construção de autonomia e emancipação das mulheres.

Um exemplo do impacto das ações do movimento ocorreu após uma oficina de escrita em um Centro de Acolhida, quando uma das mulheres produziu um abaixo-assinado, mobilizando outras usuárias e até funcionárias para exigir melhorias na alimentação do abrigo. Esse caso mostra como ações formativas fortalecem a consciência crítica e a capacidade de mobilização.

As formações, além de impulsionarem articulações com profissionais

dos serviços públicos e ter forte conexão com cada território, partem das demandas reais das mulheres, como iluminação das ruas ou condições de segurança, e oferecem suporte para que elas mesmas reivindiquem esses direitos. Além disso, as ocupações do Olga funcionam como espaços seguros para mulheres trans, travestis e profissionais do sexo, garantindo acolhimento, respeito às subjetividades e construção de autonomia.

O trabalho com as mulheridades desenvolvido pelo Espaço Normal, do Redes da Maré, também tem caráter formativo, na medida em que as participantes podem habitar o espaço de forma responsável, aprendendo a cuidar de si e das outras pessoas. A Casa Florescer, por sua vez, oferece oficinas e formações para as mulheres trans acolhidas, ampliando seus repertórios e fortalecendo sua autonomia. Já o Coletivo Tem Sentimento atua de maneira formativa ao possibilitar que muitas mulheres aprendam novos ofícios, como corte e costura. Além disso, nos quatro equipamentos participantes das entrevistas focais, há uma intensa troca de experiências entre mulheridades e dissidências, o que também se revela como um processo formativo, especialmente quando pensamos na potência da educação entre pares.

Assim, as ações formativas não se limitam à transmissão de conteúdo. Elas atuam como ferramentas de fortalecimento político, promoção de direitos e criação de redes solidárias que sustentam mudanças concretas na vida das mulheres. Ao unir educação, acolhimento e mobilização coletiva, o Movimento Olga Benário demonstra como formações contínuas podem transformar realidades e ampliar caminhos para a emancipação das mulheres em seus territórios.



Geração de Renda

O Coletivo Tem Sentimento, criado por Carmen Lopes, conhecida como Dona Carmen, na cena aberta de uso de substâncias do centro de São Paulo conhecida como “Cracolândia”, surgiu da percepção de que era necessário construir espaços seguros e, ao mesmo tempo, criar oportunidades reais de geração de renda. A atividade produtiva, focada na costura, funciona como uma prática de Redução de Danos: o tempo dedicado ao trabalho é também

tempo em que a pessoa não está utilizando substâncias, favorecendo organização cotidiana, rotina e uma aproximação mais concreta com o mercado de trabalho.

A ausência de homens cis no espaço contribui para que as violências associadas ao corpo masculino fiquem “da porta para fora”, fortalecendo um ambiente de segurança e confiança. Nesse contexto protegido, as participantes conseguem experimentar autonomia, enxergar suas próprias potências e apoiar umas às outras, especialmente quando compartilham vivências semelhantes de exclusão, rua e uso de substâncias.

Durante a entrevista com o coletivo, pudemos escutar que várias outras práticas de cuidado nascem do próprio cotidiano do coletivo e são trocadas entre as mulheres, que reconhecem no trabalho não apenas uma fonte de renda, mas também um vínculo, uma referência e, em muitos casos, um caminho de retomada de projetos de vida. Exemplos destas estratégias são alimentar-se, beber água, realizar pequenos rituais de autocuidado (como tomar banho ou fazer as unhas), substituir substâncias, buscar informação e respeitar limites pessoais.

Os outros três espaços entrevistados, ao oferecerem apoio, acolhimento, formação e fortalecimento da autonomia, tornam-se bases importantes para que mulheres e pessoas dissidentes de gênero possam acessar oportunidades de trabalho e renda.

Os relatos mostram que o acesso ao trabalho e à moradia transforma trajetórias: mulheres que antes vendiam ou compravam drogas na região hoje se acolhem mutuamente no coletivo; outras relatam que a possibilidade de gerar renda e ter um teto foram elementos fundamentais para sair do tráfico ou reorganizar suas vidas. Essas experiências reforçam que políticas e iniciativas que ampliem o acesso à renda, ao cuidado e à proteção social podem melhorar de forma significativa a realidade de mulheres e dissidências que usam drogas e enfrentam vulnerabilidades profundas.



Contatos de serviços

Nesta seção, apresentamos alguns serviços públicos, instituições e movimentos sociais que atendem mulheridades e pessoas dissidentes de gênero na cidade e no estado de São Paulo. Há uma única referência a movimento nacional (Movimento de Mulheres Olga Benário).

Se você for de outro município, recomendamos consultar o site da prefeitura local para conhecer os serviços e programas existentes. Também é possível buscar informações diretamente com profissionais das políticas públicas da sua região, que podem orientar sobre outros serviços, iniciativas e movimentos sociais disponíveis.

Ao final desta lista, há páginas em branco para você poder fazer seu próprio quadro com referências de serviços e/ou organizações da sociedade civil na sua cidade.



Atendimento e orientação para mulheres em situação de violência

Centros de Apoio à Mulher (CAMs) - Centros de Referência e Cidadania da Mulher (CRCMs)

Os Centros de Apoio à Mulher são serviços públicos especializados no atendimento a mulheres em situação de violência, oferecendo orientação e atendimento psicossocial, social e jurídico. Eles existem em vários municípios e estados e podem ter nomes parecidos: CAM, CEAM, CRCM, Casa da Mulher, etc., dependendo da prefeitura ou governo estadual.

Na cidade de São Paulo, os CAMs são os Centros de Referência e Cidadania da Mulher (CRCMs). Pertencem à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e os atendimentos ocorrem de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h. A mulher que quiser ser atendida em um CRCM não necessariamente precisa ir ao serviço mais perto de seu território, e sim em qualquer um da cidade.

CRCM Casa da mulher Eliane de Grammont - Zona Sul
Rua Dr. Bacelar 20, Vila Clementino

CRCM - Santo Amaro - Zona Sul
Rua Praça Salim Farah Maluf, Santo Amaro

CRCM Capelo do Socorro - Zona Sul
Rua Prof. Oscar Barreto Filho, 350, parque América

CRCM Cachoeirinha - Zona Norte
Avenida Dep. Emilio Carlos, 3460, Limão

CRCM Parelheiros - Zona Sul
Rua Terezinha do Prado Oliveira, 119, Jardim Novo Parelheiros



CRCM Casa da mulher Maria de Lourdes Rodrigues - Zona Sul
Rua Raphaela Miraglia Scoppetta,50, Jardim Nova Germânia

CRCM Itaquera - Zona Leste
Rua Ibiajara, 495, Parada XV de Novembro

CRCM Casa da mulher de Brasilândia - Zona Norte
Rua Silvio Bueno Peruche, 538, Jardim Ondina

Casa da mulher Brasileira
Rua Vieira Ravasco, 26, Cambuci

CRCM Perus - Zona Norte
Rua Aurora Boreal, 43, Vila Perus

CRCM São Miguel - Zona Leste
Rua Pedro Soares de Andrade,34, Vila Rosaria

CRCM Casa da mulher 25 de março - Zona Oeste
Avenida Melo Palheta, 32, Água Branca

Centros de Defesa e Convivência da Mulher (CDCMs - São Paulo)

Os CDCMs – Centros de Defesa e Convivência da Mulher são serviços municipais de São Paulo voltados ao atendimento, orientação e apoio a mulheres em situação de violência ou vulnerabilidade. Oferecem acompanhamento psicossocial e psicológico, orientação jurídica, encaminhamentos para a rede de saúde e assistência social, atividades de convivência e fortalecimento, além de informações sobre direitos e medidas de proteção. Pertencem à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e o horário de funcionamento geralmente é de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com atendimento presencial mediante agendamento ou demanda espontânea.



CDCM Casa Mariás - Zona Norte

Rua: SD. Cesário Aguiar, 119, parque novo mundo, São Paulo/SP

CDCM Francisca Franco - Zona Central

Rua: Conselheiro Ramalho, 93, Bela vista, São Paulo/SP

CDCM CISM II - Zona Norte

Rua: Ferreira de Almeida, 23, Casa verde, São Paulo/SP

CDCM Casa da mulher Crê-ser - Zona Sul

Rua: Salvados Rodrigues Negrão, 351, Vila Marani, São Paulo/SP

CDCM Mulheres Vivas - Zona Sul

Rua Domingos Bicudo, 56, Vila Pirajussara, São Paulo/SP

CDCM Sonia Maria Batista - Zona Sul

Avenida Dr. Gentil de Moura, 598, Ipiranga, São Paulo/SP

CDCM casa Cidinha - Zona leste

Rua Margarida Cardoso dos Santos, 500, São Mateus, São Paulo/SP

CDCM Casa Naná - Zona Leste

Rua Prof. Zerefino Ferras, 396, São Paulo/SP

CDCM Casa Viviane dos Santos - Zona Leste

Rua Planície dos Goitacases, 456, Vila Iolanda, São Paulo/SP

CDCM Margarida Maria Alves - Zona Leste

Rua Sabbado d'Ângelo, 2085, Vila Brasil, São Paulo/SP

CDCM Casa Sofia - Zona Sul

Rua Dr. Luiz Fernando Ferreira, 06, Jardim Dionisio, São Paulo/SP

CDCM Casa Zizi - Zona Leste

Rua Teotônio de Oliveira, 101, Vila Santa Virginia, São Paulo/SP

CDCM Casa Anastácia - Zona Leste

Rua Ricardo da Costa, 335, Conjunto Habitacional Barro Branco II, São Paulo/SP

CDCM Marielle Franco - Zona Leste

Rua Cel. Carlos Dourado, 07, Vila Marilena, São Paulo/SP

CDCM Casa Marcia Martins - Zona Oeste

Rua Cânio Rizzo, 285, Jardim Trussardi, São Paulo/SP

Centro de Referência de Apoio à Vítima (CRAVI)

O CRAVI – Centro de Referência e Apoio à Vítima é um programa da Secretaria da Justiça e Cidadania que oferece atendimento público e gratuito a vítimas de crimes violentos e seus familiares. Conta com equipes interdisciplinares que realizam triagem e acolhimento, orientando e encaminhando os usuários para os serviços e redes adequados às suas necessidades.

O centro atende casos de homicídio, latrocínio e ameaça, oferecendo um espaço sigiloso e acolhedor para escuta, orientação jurídica e apoio emocional. Além do atendimento presencial, o CRAVI auxilia na identificação das demandas da vítima, direcionando para tratamento interno ou instituições parceiras, e incentiva a criação de outros serviços de apoio às vítimas em municípios do estado.

CRAVI Capital – Fórum Criminal da Barra Funda


Avenida Dr. Abraão Ribeiro, 313, piso térreo, rua D, sala 0-429,
Barra Funda, São Paulo/SP

Email: cravi@justica.sp.gov.br

Movimento de Mulheres Olga Benário

O Movimento de Mulheres Olga Benário se organiza lutando contra a violência de gênero, organizando-se através de ocupações - algumas funcionam como moradia, outras como Casa de Referência. Realizam atendimentos de mulheres em situação de vulnerabilidade social, encaminhando essas mulheres para serviços de referência quando necessário. Também oferecem cursos, oficinas e aulas de alfabetização; verificam o funcionamento dos serviços de referência para mulheres; realizam rodas de conversa, palestras e capacitações em instituições como escolas, abrigos e centros comunitários.

Rua José Paulino, 45 - Bom Retiro, São Paulo/SP



Acolhimento e orientação para população LGBTQIAPN+

Centros de Referência LGBTQIAPN+

Os Centros de Referência LGBTQIAPN+ oferecem atendimento especializado a pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade ou vítimas de LGBTfobia, por meio de equipes multiprofissionais que atuam na prevenção da violência, promoção de direitos e fortalecimento da autonomia.

Eles também articulam ações com órgãos públicos, privados e sociedade civil, integrando a Rede de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Centro de Referência LGBTI+ Claudia Wonder (Zona Oeste)

Rua Alvarenga 756 - Butantã, São Paulo/SP

Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h

Telefone: 11 3815-9318

E-mail: crlgbtioeste@prefeitura.sp.gov.br

Centro de Referência LGBTI+ Laura Vermont (Zona Leste)
Avenida Nordestina, 496 – São Miguel Paulista, São Paulo/SP
Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h
Telefone: (11) 2032-3737
E-mail: crlgbtileste@prefeitura.sp.gov.br

Centro de Referência LGBTI+ Luana Barbosa dos Reis (Zona Norte)
Rua Francisco Coelho, 23, Jardim Santo Elias, São Paulo/SP
Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h
Telefone e whatsapp: (11) 2368-9500
E-mail: crlgbtinorte@prefeitura.sp.gov.br

Centro de Referência LGBTI+ Edson Neris (Zona Sul)
Estrada do Campo Limpo, 2690 - Vila Pirajussara, São Paulo/SP
Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h
Telefone: (11) 5842-3587 - (11) 5842-1030
E-mail: crlgbtisul@prefeitura.sp.gov.br

Centro de Referência LGBTI+ Brunna Valin (Centro)
Rua Major Sertório, 292/294 - República, São Paulo/SP
Segunda a sexta-feira, das 9h às 17h
Telefone: (11) 3151-5786 / 5783
E-mail: crlgbticentro@prefeitura.sp.gov.br



Serviços de abrigo

Estes serviços existem para proporcionar acolhimento temporário a pessoas que estão em situação de rua. Sua proposta é ofertar cuidados, apoio e atividades que promovam convivência, reforcem vínculos sociais e familiares e ajudem cada pessoa a reconhecer suas potencialidades.

Abrigamento para mulheres trans

Casa 1 (para pessoas trans)

Rua Adoniran Barbosa, 151 - Bela Vista, São Paulo/SP

contato@casaum.org

Casa Florescer I

Rua Prates, 1101 - Bom Retiro, São Paulo/SP

Telefone: (11) 3456-7890

cadiversidade@gmail.com

Casa Florescer II

Rua Dr Zuquim 1034 Santana, São Paulo/SP

Casa de Acolhida Casarão Brasil

Rua Igará Paraná, 94 - Vila Emir, São Paulo/SP

Abrigamento para homens trans

Casa Florescer João W. Nery

Rua Carlos Escobar, 86 - Santana, São Paulo/SP

Abrigamento para mulheres migrantes

CAEMI Palotinas

Rua Enéas de Barros, 147 - Santana, São Paulo/SP

Abrigamento para mulheres gestantes, puérperas ou com filhos de até seis anos

Pavilhão Irmã Leoni

Rua Napoleão de Barros, 1035 - Vila Clementino, São Paulo/SP

Abrigamento para mulheres em situação de violência

Os centros de acolhida e casas de passagem para mulheres em situação de violência não tem seus endereços divulgados e o encaminhamento deve ser feito via Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CRE-AS), Centros Pop, serviços da rede socioassistencial (como os CRCMs) ou políticas de garantias de direitos.

CREAS

CREAS Sé

Rua Bandeirantes, 55, Bom Retiro, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2383-4480 / 3311-0920 / 3396-3500

CREAS Santana

Rua Voluntários da Pátria, 4649, Santana, São Paulo/SP

Telefone: (11) 4571-0293

CREAS Casa Verde

Rua Padre João Gualberto, 206, Imirim, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2236-8392 / 2236-7002

CREAS Pirituba

Rua Comendador Feiz Zarzur, 15, Jardim Cidade Pirituba, São Paulo/SP

Telefone: (11) 3972-4171 / 3972-2855

CREAS Vila Maria

Rua Soldado José Antônio Moreira, 546, Jardim Japao, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2201-5807 / 2949-6495

CREAS Tremembé

Av. Mario Pernambuco, 45, Vila Nova Mazzei, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2261-1314 / 2203-1443

CREAS Freguesia do Ó

Rua Parapuã, 160, Freguesia do Ó, São Paulo/SP

Telefone: (11) 3978-2984 / 3977-8925 / 5413-6419

CREAS Perus

Rua Gonçalves de Andrade, 369, Perus, São Paulo/SP

Telefone: (11) 3917-6380 / 3911-5211 / 3918-5410 / 3918-5008

CREAS Jabaquara

Rua dos Jornalistas, 48, Jabaquara, São Paulo/SP

Telefone: (11) 5012-8129 / 5016-1572

CREAS Vila Mariana

Rua Madre Cabrini, 99, Vila Mariana, São Paulo/SP

Telefone: (11) 5083-4632

CREAS Campo Limpo

Rua Landolfo de Andrade, 200, Parque Maria Helena, São Paulo/SP

Telefone: (11) 5814-7483

CREAS Santo Amaro

Rua Padre José Anchieta, 802, Jardim Vila Galvão, São Paulo/SP

Telefone: (11) 5524-1305

CREAS Ipiranga

Rua Taquarichim, 290, Vila Vera, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2383-4528 / 2383-4529 / 2383-4527

CREAS Cidade Ademar

Rua Ranulfo Prata, 289, Jardim Itacolomi, São Paulo/SP

Telefone: (11) 5677-0341 / 5562-2874

CREAS Capela do Socorro

Av. Senador Teotônio Vilela, 2394, Cidade Dutra, São Paulo/SP

Telefone: (11) 5666-8940 / 5666-8494

CREAS M'Boi Mirim

Rua Miguel Luiz Figueira, 16, Jardim Figueira Grande, São Paulo/SP

Telefone: (11) 5891-3483 / 5891-3632

CREAS Sapopemba

Avenida Sapopemba, 6293, Jardim Colorado, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2115-2738 / 2115-3313

CREAS Mooca

Rua Síria, 300, Parque São Jorge, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2225-1302

CREAS Aricanduva

Rua São Contancio, 457, Vila Mafra, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2268-1793 / 3246-8310 / 3246-8312

CREAS São Mateus

Rua Angelo de Cândia, 964, Cidade São Mateus, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2012-6406 / 2012-5987 / 2012-6092

CREAS Vila Prudente

Av. Paes de Barros, 3345, Vila Prudente, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2219-2049 / 2219-1760

CREAS Penha

Rua Antônio Taborda, 37, Jardim Triana, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2023-0770

CREAS Itaim Paulista

Rua Celso Barbosa de Lima, 501/503, Jardim Silva Teles, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2156-3814 / 2569-2797 / 2569-2802

CREAS Guaianases

Rua Nabuco de Abreu, 06, Vila Lourdes, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2554-7115

CREAS Itaquera

Av. Maria Luiza Americano, 1877, Cidade Líder, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2745-5900

CREAS São Miguel Paulista

Rua José Pereira Cardoso, 183, São Miguel Paulista, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2031-4459 / 2031-5859

CREAS Pinheiros

Rua Mourato Coelho, 104/106, Pinheiros, São Paulo/SP

Telefone: (11) 3063-0807 / 3085-2615

CREAS Cidade Tiradentes

Av. Nascer do Sol, 529, Conj. Hab. Santa Etelvina II, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2363-9876 / 2363-9886 / 2363-9875

CREAS Ermelino Matarazzo

Av. Boturussu, 1626, Parque Boturussu, São Paulo/SP

Telefone: (11) 2545-3211

CREAS Butantã

Av. Ministro Laudo Ferreira de Carvalho, 230, Jardim Peri, São Paulo/SP

Telefone: (11) 3743-2734

Centros Pop

Centro POP Bela Vista

Rua Jandaia, 30 - Bela Vista, São Paulo/SP

Telefone: 3104-0423/2292

Email: creaspopbelavista@prefeitura.sp.gov.br

Centro POP Santa Cecília

Rua Norma Pieruccinni Giannotti, 206, Barra Funda, São Paulo/SP

Telefone: 3331-7353

Email: creaspopsantacecilia@prefeitura.sp.gov.br

Centro POP Santana

Rua Amaral Gama, 240 - Santana, São Paulo/SP

Telefone: 2283-3612 / 2959-0079 / 2950-1289

Email: creaspopsantana@PREFEITURA.SP.GOV.BR

Centro POP Vila Maria

Rua do Imperador, 1660 - VI. Maria, São Paulo/SP

Telefone: 2221-1033/1006

Email: smadscpvmaria@prefeitura.sp.gov.br

Centro POP MOOCA

Rua Coronel Luiz Americano, 107 - Vila Azevedo, São Paulo/SP

Telefone: 2091-0016

Email: creaspopmooca@prefeitura.sp.gov.br

Centro POP SANTO AMARO

Rua Promotor Gabriel Nettuzzi Peres, 81 - Santo Amaro, São Paulo/SP

Telefone: 5521-3103/4679

Email: centropopsantoamaro@prefeitura.sp.gov.br

Situação de Prostituição

Mulheres da Luz

O Coletivo Mulheres da Luz busca promover a cidadania e a garantia de direitos humanos das mulheres em situação de prostituição do Parque da Luz e entornos.

Rua José Paulino, 69, Bom Retiro, São Paulo/SP

E-mail: coletivomulheresdaluz@gmail.com



Trabalho e renda

Coletivo Tem Sentimento

O Coletivo Tem Sentimento é uma organização sem fins lucrativos que oferece cursos de corte, costura e atividades ligadas às economias criativas, além de apoio a mulheres cis e trans em situação de vulnerabilidade.


Rua Ana Cintra, 127 - Campos Eliseos, São Paulo/SP

Programa Tem Saída

O Tem Saída é uma política pública que promove a autonomia financeira e a empregabilidade de mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O programa funciona em parceria com empresas privadas, que oferecem vagas exclusivas ou prioritárias para apoiar essas mulheres na ruptura do ciclo de violência por meio do trabalho.

A inclusão no programa acontece por meio de um ofício de encaminhamento emitido por órgãos do sistema de justiça, como Ministério Público, Defensoria Pública ou Tribunal de Justiça. Com esse documento, a mulher é direcionada a um dos Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cates) de São Paulo, que realiza o encaminhamento às vagas disponíveis. O processo seletivo é adaptado à realidade das participantes.

E-mail: temsaida@prefeitura.sp.gov.br



Acesso ao sistema de justiça

Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (NUDEM)

O NUDEM atua na proteção e garantia dos direitos de mulheres, especialmente aquelas em situação de violência ou vulnerabilidade. O núcleo acompanha casos individuais, produz materiais orientativos, propõe ações coletivas e trabalha para aprimorar políticas públicas voltadas às mulheres. Também realiza articulação com movimentos sociais, serviços da rede e outras instituições do sistema de justiça para ampliar o acesso a direitos e fortalecer a proteção às mulheres no estado.

Email: nucleo.mulheres@defensoria.sp.def.br

Mulheres sobreviventes do cárcere

Projeto Migrantes Egressas do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC)

O projeto atende mulheres migrantes, realiza atendimento em assistência social e saúde e acompanhamento processual

Rua Marquês de Itu, 298 - República, São Paulo/SP

Email: migrantes@ittc.org.br

Organização Casa Flores

A organização promove desenvolvimento pessoal e profissional de mulheres que viveram a experiência do cárcere, produz conteúdo e tem atuação ativista.

Rua Pedroso Alvarenga, 1284. Itaim Bibi, São Paulo/SP

Email: contato@casaflores.org.br

Cooperativa Libertas

Somos uma cooperativa de mulheres sobreviventes do sistema prisional. Autonomia financeira, costura e autocuidado.

Email: cooperativalibertas@gmail.com

Coletivo Por Nós

O Por Nós é uma rede de apoio de mulheres egressas e sobreviventes do cárcere, para e por mulheres egressas localizado na Zona Leste de São Paulo.

Email: olodoydearquivo@gmail.com

AMPARAR – Associação de Amigos/as e familiares de presos/as

A AMPARAR é uma organização liderada por mães, familiares, amigos de pessoas privadas de liberdade e sobreviventes do sistema prisional, que busca denunciar as violências, os abusos e os desrespeitos aos direitos das pessoas presas e seus familiares.

Email: ass.amparar@gmail.com



Saúde

PREP/PEP

Esses serviços oferecem PEP e PrEP de forma gratuita pelo SUS. PEP é um tratamento de emergência que deve ser iniciado até 72h após uma situação de risco de exposição ao HIV. PrEP é um comprimido tomado antes das relações para prevenir o HIV de forma contínua. Nesses locais, você pode receber orientação, fazer testagem e iniciar qualquer uma dessas formas de prevenção com segurança e sigilo.

Existe, na cidade de São Paulo, outros serviços além dos listados a seguir. A lista completa pode ser acessada no site da prefeitura.

Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA Henfil
Rua Líbero Badaró, 144 – Centro, São Paulo/SP
Telefone: (11) 3241-2224

Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais
CRT DST/Aids-SP
Rua Santa Cruz, 81, Vila Mariana, São Paulo/SP
Telefone: (11) 5087-9911
E-mail: contato@crt.saude.sp.gov.br

Instituto de Infectologia Emílio Ribas
Av. Doutor Arnaldo, 165, Cerqueira César, São Paulo/SP
Telefone: (11) 3896-1200

SAE / CTA Campos Elíseos
Alameda Cleveland, 374, Campos Elíseos, São Paulo/SP
Telefone: (11) 3331-1216
E-mail: saeceliseosfarmacia@prefeitura.sp.gov.br

Hormonioterapia

Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais – CRT DST/Aids-SP

O Centro de Referência e Treinamento DST/Aids – CRT Vila Mariana é uma unidade da Secretaria da Saúde de São Paulo especializada em prevenção, testagem e tratamento de IST/HIV/Aids, além de oferecer serviços de hormonização para pessoas trans e não binárias. No CRT, é possível receber aconselhamento, testagem rápida, PrEP, PEP, acompanhamento médico e endocrinológico.

Rua Santa Cruz, 81, Vila Mariana, São Paulo/SP
Telefone: (11) 5087-9831
E-mail: contato@crt.saude.sp.gov.br



Centro de Convivência É de Lei

O É de Lei realiza convivências para pessoas afetadas pela política de drogas em sua sede e também em outros espaços culturais, além de convivências para mulheridades e dissidências. Oferecemos oficinas, orientação, acolhimento, encaminhamento e acompanhamento para serviços de saúde, assistência social e justiça criminal, e também oferecemos anualmente o curso de Introdução à Redução de Danos.

Rua Lettiere, 65, Bela Vista, São Paulo/SP

Telefone: (11) 3337-6049

Email: gestao@edelei.org

 [instagram.com/ccedelei](https://www.instagram.com/ccedelei)

 [fb.com/ccedelei](https://www.facebook.com/ccedelei)

 edelei.org



1. 1. The first step in the process of writing is to choose a topic.

2. 2. The next step is to gather information about the topic.

3. 3. After gathering information, you should choose a thesis statement.

4. 4. The next step is to create an outline for your paper.

5. 5. After creating an outline, you should start writing your paper.

6. 6. The next step is to revise your paper.

7. 7. After revising your paper, you should proofread it.

8. 8. The final step is to submit your paper.

9. 9. After submitting your paper, you should wait for feedback.





1. The first step is to identify the problem.

2. Next, you should gather all the relevant information.

3. Then, you need to analyze the data and identify the root cause.

4. After that, you should develop a plan to address the issue.

5. Finally, you should implement the plan and monitor the results.

6. Once the problem is solved, you should evaluate the process and make any necessary adjustments.

7. It is also important to document the process and share the results with others.

8. This process can be used for a wide range of problems and situations.

9. By following these steps, you can effectively solve any problem.



1. The first step is to identify the problem.

2. Next, you should gather all the relevant information.

3. Then, you need to analyze the data and identify the root cause.

4. After that, you should develop a plan to address the issue.

5. Finally, you should implement the plan and monitor the results.

6. Once the problem is solved, you should evaluate the process and make any necessary adjustments.

7. It is also important to document the process and share the results with others.



Referências

AÇÃO EDUCATIVA. Por que discutir gênero nas escolas? São Paulo: Ação Educativa; Fundação FEAC (apoio), [s.d.]. 34 p.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI. Campo. Disponível em: <https://edelei.org/campo/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI. Práticas de Redução de Danos. Disponível em: <https://edelei.org/home/praticas-de-reducao-de-danos/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

IMESC – Instituto de Medicina Social e de Criminologia do Estado de São Paulo. CRAVI – Centro de Referência e Apoio à Vítima. Disponível em: <https://imesc.sp.gov.br/index.php/portal-da-transparencia/cravi/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SÃO PAULO (Município). Coordenação de Políticas para LGBT+. Rede de Atendimento LGBTI. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/lgb-ti/w/rede_de_atendimento/271098. Acesso em: 26 nov. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. IST/AIDS – Informações e Serviços. Disponível em:

<https://prefeitura.sp.gov.br/web/saude/w/istaids/245399>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. IST/AIDS – Informações e Serviços. Disponível em:

<https://prefeitura.sp.gov.br/web/saude/w/istaids/248175>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Centro de Acolhida Especial para Homens Trans. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/centro-de-acolhida-especial-para-homens-trans. Acesso em: 26 nov. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Rede Socioassistencial. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/rede_socioassistencial/326779. Acesso em: 26 nov. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Rede Socioassistencial – Mulheres Vítimas de Violência. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/rede_socioassistencial/mulheres_vitimas_de_violencia/332517. Acesso em: 26 nov. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Notícia - Censo antecipado revela que população em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/w/noticia/censo-antecipado-pela-prefeitura-de-sao-paulo-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Equipamentos da Política para Mulheres. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/direitos_humanos/w/mulheres/equipamentos/271105. Acesso em: 26 nov. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Notícia – Direitos Humanos. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/direitos_humanos/w/noticias/336179. Acesso em: 26 nov. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Rede de Atendimento às Mulheres. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/direitos_humanos/w/mulheres/rede_de_atendimento/209599. Acesso em: 26 nov. 2025.

